



CRA-MG

Conselho Regional de
Administração de Minas Gerais

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2026**

CADERNO DE PROVA	CARGO
4	ADVOGADO

Este **CADERNO** contém 2 (duas) questões discursivas e 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVAS	N.º DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Conhecimentos Específicos	25
Legislação	05

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. As provas objetivas e discursivas terão duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais objetivas e discursivas.
2. **Período de sigilo:** o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas após decorrida 1 (uma) hora do início de sua aplicação.
3. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para as folhas de respostas oficiais, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
4. O candidato poderá transcrever as respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e ela poderá ser destacada.
5. Na transcrição das respostas das questões discursivas, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
6. Não haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursivas por erro do candidato.
7. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal juntamente com as folhas de respostas objetivas e discursivas, devidamente preenchidas e assinadas.
8. As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> no 1º dia subsequente ao da realização da prova.
9. **Atenção:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O CRA busca fortalecer a profissão, acompanhando o crescimento da economia e o impacto causado pelo profissional qualificado nesse crescimento.

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome completo no quadro abaixo.

N.º de Inscrição

Nome Completo

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

O MISTÉRIO DOS NÃO LUGARES E ESPAÇOS LIMÍTROFES

Bruno Vaiano

Esses dias, tropecei em uma imagem dos carrosséis de bagagem no aeroporto de Beijing – aquelas esteiras em que as malas despachadas desfilam preguiçosamente à espera de seus donos recém-desembarcados.

Era uma foto especial justamente porque não tinha nada de especial. Não fossem os ideogramas nas placas, poderia ter sido feita em Guarulhos ou no Galeão.

O etnógrafo francês Marc Augé propôs, em 1995, que aeroportos, *shop-pings*, redes de *fast-food*, hotéis e praças de pedágio – tudo que é homogêneo mundo afora, mesmo em países com culturas radicalmente diferentes – fossem definidos como não lugares.

Em geral, trata-se de construções ocupadas provisoriamente por viajantes entediados e funcionários uniformizados. Lugares de trânsito, em vez de permanência.

Esses ambientes são um contraponto ao choque cultural de pousar em um país distante. Coisa que até o mais experiente dos viajantes, o *chef* Anthony Bourdain, já sentiu: ao chegar ao Japão pela primeira vez, ele considerou matar a fome em uma Starbucks em vez de entrar em um boteco típico de Tóquio: “Eu estava agudamente consciente do quão bizarro e gringo eu parecia”.

Aeroportos são um exemplo do que a internet convencionou chamar de espaço liminar ou limítrofe. Eles são velhos conhecidos da ficção. Em *Crônicas*

de *Nárnia*, uma espécie de Jardim do Éden serve de *hub* de conexão entre diferentes mundos, acessados por lagoas.

Em *Matrix Reloaded*, o herói Neo acessa um corredor branco repleto de portas “de serviço” – cada uma dá acesso a um dos cenários da simulação de computador em que a humanidade foi aprisionada.

A neutralidade excessiva, porém, pode ser tão aterrorizante quanto a diferença. Vide a lenda urbana das *backrooms**, que nasceu no submundo *on-line* do fórum 4chan em 2019.

A ideia é de que seria possível se teletransportar acidentalmente para uma realidade paralela formada por labirintos intermináveis de salas vazias, silenciosas e desprovidas de janelas, com carpete, papel de parede desbotado e luzes brancas, como os corredores de um hotel decadente.

Parece inofensivo, mas não é: curtas de terror sobre as *backrooms**, feitos com CGI e publicados no YouTube, são ansiedade engarrafada.

O que isso tem a ver com a vida real? Bom: até o século 19, basicamente toda a arquitetura envolvia ornamentação. Pense nas gárgulas, colunas, cúpulas e arcos dos teatros, bibliotecas e prédios públicos dessa época, comuns nos centros históricos das cidades brasileiras.

No começo do século 20, os modernistas levaram o *design* e a arquitetura para um caminho diferente. O austríaco Adolf Loos escreveu que “a evolução da cultura é sinônimo da remoção de ornamentos dos objetos de uso diário”. Essa foi uma visão influente, que deu início à era dos arranha-céus quadrados com fachadas de vidro e aço (como as torres do *World Trade Center*, ícones modernistas).

Muitas dessas construções, como o Palácio Capanema, no Rio, são bastiões do bom gosto. Mas a onipresença das fachadas de vidro foi longe demais, e transformou o centro de nossas cidades em grandes aeroportos.

Os paredões acinzentados e reluzentes dos arranha-céus ocultam as especificidades da cultura local e transformam Farias Lima e *Wall Streets* do mundo todo em uma coisa só: labirintos translúcidos percorridos por engravatados apressados. É uma tendência triste. Cidades, afinal, são lares. E não dá para ser um lar sem antes ser um lugar.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/> Acesso em: 06 jun. 2026.

*As **Backrooms** são uma famosa lenda urbana e creepypasta da internet que descreve uma dimensão paralela infinita, composta por corredores labirínticos, carpete úmido e luzes fluorescentes zumbindo. Acredita-se que uma pessoa pode cair acidentalmente nesse “não lugar” ao atravessar a realidade incorretamente.

QUESTÃO 01

O conceito de “não lugar”, proposto por Marc Augé, refere-se, principalmente, a

- (A) ambientes homogêneos e transitórios, sem vínculos culturais específicos.
- (B) construções ornamentadas típicas do século 19 em centros urbanos.
- (C) espaços de convivência que reforçam identidades culturais locais.
- (D) locais históricos que perderam sua função original ao longo do tempo.

QUESTÃO 02

A associação entre aeroportos e “espaços liminares” na ficção ocorre porque

- (A) funcionam como portais ou pontos de transição entre diferentes mundos.
- (B) representam a identidade cultural de cada país de forma explícita.
- (C) são ambientes ornamentados e históricos, ligados ao passado cultural.
- (D) são locais de permanência prolongada e convivência comunitária.

QUESTÃO 03

A lenda das “backrooms” é mencionada para exemplificar

- (A) a importância da arquitetura modernista na vida cotidiana.
- (B) a riqueza estética dos espaços ornamentados e históricos.
- (C) a valorização dos espaços comunitários como locais de permanência.
- (D) o potencial aterrorizante da neutralidade excessiva e impessoal.

QUESTÃO 04

Segundo o texto, a principal mudança trazida pelo modernismo na arquitetura foi

- (A) a valorização das tradições locais em cada construção arquitetônica.
- (B) a substituição da ornamentação pela simplicidade e funcionalidade.
- (C) a intensificação da ornamentação nos prédios públicos e privados.
- (D) a criação de espaços comunitários mais acolhedores e ornamentados.

QUESTÃO 05

O contraste estabelecido entre cidades e aeroportos serve para destacar que

- (A) aeroportos são mais ornamentados e acolhedores que os centros urbanos.
- (B) ambos são igualmente transitórios e desprovidos de identidade cultural.
- (C) cidades devem ser lares, enquanto aeroportos são espaços de passagem.
- (D) cidades modernas perderam totalmente sua função de acolhimento social.

QUESTÃO 06

No trecho: “*curtas de terror sobre as backrooms [...] são ansiedade engarrafada*”, identifica-se o uso de

- (A) hipérbole, pois exagera a intensidade da experiência descrita.
- (B) ironia, pois sugere o contrário do que realmente se afirma.
- (C) metáfora, pois compara a sensação de angústia a algo aprisionado.
- (D) metonímia, pois substitui o sentimento pelo objeto que o contém.

QUESTÃO 07

A palavra **modernistas** é formada por

- (A) composição por aglutinação.
- (B) composição por justaposição.
- (C) derivação prefixal.
- (D) derivação sufixal.

QUESTÃO 08

O uso das vírgulas em “Cidades, afinal, são lares” indica

- (A) enumeração de termos.
- (B) intercalação de aposto especificativo.
- (C) isolamento de adjunto adverbial.
- (D) separação de orações coordenadas.

QUESTÃO 09

Sobre a concordância do pronome de tratamento “Vossa Excelência”, é **CORRETO** afirmar que se refere à

- (A) primeira pessoa e leva a concordância para a segunda pessoa.
- (B) segunda pessoa e leva a concordância para a segunda pessoa.
- (C) segunda pessoa, mas leva a concordância para a terceira pessoa.
- (D) terceira pessoa e leva a concordância para a primeira pessoa.

QUESTÃO 10

No corpo do texto oficial, o pronome de tratamento **Vossa Excelência** pode ser utilizado

- (A) apenas na forma indireta “sua excelência”.
- (B) apenas por extenso, nunca abreviado.
- (C) exclusivamente no vocativo, nunca no corpo do texto.
- (D) por extenso ou abreviado, como “V. Exa.”.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Julgue os itens a seguir, conforme as diretrizes inerentes à Responsabilidade Extracontratual do Estado e as normas estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil/1988:

- I - A teoria da irresponsabilidade é adotada no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a soberania estatal.
- II - Compete à União explorar os serviços e instalações nucleares, cuja responsabilidade civil por eventuais danos nucleares independe da existência de culpa, adotando-se a teoria do risco integral.
- III - As entidades da Administração Pública Indireta que executem atividade econômica de natureza privada estão excluídas da regra da responsabilidade objetiva do Estado, disposta na Constituição Federal.
- IV - Ato antijurídico, para fins de responsabilidade objetiva do Estado, é somente o ato ilícito que cause danos anormal e específico.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

Considerando a Lei n. 9.784/99, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Os preceitos da Lei n. 9.784/99 são aplicados apenas aos órgãos do Poder Executivo da União.
- (B) Para os fins da Lei n. 9.784/99, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) Para os fins da Lei n. 9.784/99 autoridade é o juiz de garantias, que julgará as demandas dos administrados.
- (D) Na Lei n. 9.784/99 o órgão é dotado de vontade própria, com personalidade jurídica distinta da pessoa política que lhe origina.

QUESTÃO 13

No que se refere ao regime jurídico inerente aos bens públicos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A imprescritibilidade, característica do regime jurídico dos bens públicos, traduz-se na impossibilidade jurídica de que tais bens sejam objetos de prescrição aquisitiva por parte de terceiros.
- (B) O procedimento constitucionalmente estabelecido para a satisfação dos créditos oponíveis às Fazendas Públicas é o do precatório, concomitantemente, tem-se a possibilidade de que os bens públicos sirvam como garantia na execução contra o ente ou contra as entidades públicas.
- (C) Tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, a característica de inalienabilidade dos bens públicos é tida como absoluta.
- (D) A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Comprovada essa compatibilização, faz-se desnecessária prévia aprovação do Congresso Nacional para a concessão de terras públicas, com área superior a dois mil e quinhentos hectares, a pessoa física ou jurídica.

QUESTÃO 14

No que se refere à Lei de Licitações, julgue as assertivas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Há certa discricionariedade de conteúdo na elaboração do edital, que rege a contratação por licitação, mas ela é sensivelmente limitada pelo legislador.
- () Para contratos de obras de grande vulto, obrigatoriamente, impõe-se a previsão no edital de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 meses, contado da celebração do contrato.
- () De forma obrigatória, o edital deverá prever a responsabilidade do contratado pela obtenção do licenciamento ambiental.
- () O edital, na forma disposta em regulamento, obrigatoriamente, deverá exigir um percentual de 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação composta por mulheres vítimas de violência doméstica.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) (V); (V); (F); (F).
- (B) (F); (F); (F); (F).
- (C) (V); (F); (F); (V).
- (D) (V); (V); (V); (V).

QUESTÃO 15

O direito administrativo utiliza um conceito amplo de “atos da Administração”, a fim de englobar todos os fatos jurídicos voluntários imputáveis à Administração Pública.

Estão corretamente conceituados os seguintes gêneros inerentes aos atos da Administração, **EXCETO**:

- (A) Os atos opinativos servem de suporte a uma decisão administrativa, esboçando uma opinião ou dados técnicos.
- (B) Os atos materiais equivalem a comportamentos materializadores de comandos normativos, “atos de mera execução”.
- (C) Os atos administrativos são atos jurídicos voluntários, voltados a uma situação específica, espécie de decisão administrativa.
- (D) Os atos normativos configuram atos jurídicos de caráter concreto e mandamental.

QUESTÃO 16

A respeito da natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal acerca de sua posição institucional no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A OAB equipara-se integralmente aos demais conselhos de fiscalização profissional, submetendo-se ao controle ministerial, ao dever de licitar e à obrigatoriedade de concurso público para contratação de empregados.
- (B) A Constituição Federal classifica expressamente a OAB como associação privada sem função institucional, destinada exclusivamente à representação corporativa dos advogados.
- (C) O Supremo Tribunal Federal entende que a OAB está sujeita à supervisão hierárquica da União, em razão de exercer atividade típica de fiscalização profissional delegada pelo Estado.
- (D) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil constitui serviço público independente, categoria ímpar no direito brasileiro, dotada de autonomia e independência, não integrando a Administração Pública direta ou indireta, nem se submetendo ao controle do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 17

Inicialmente conquistados para proteger o cidadão dos excessos cometidos pelo Poder Público, o atual estágio do desenvolvimento social e da atuação dos particulares entre si, justificam a aplicação dos direitos fundamentais também nas relações privadas. Assim, tradicionalmente analisada pela jurisprudência alemã, que em regra adota a incidência mediata, a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais há longa data vem sendo debatida pela academia brasileira (LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. A fundamentalidade do Direito do Consumidor no Contexto da Constitucionalização do Direito Privado Brasileiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016).

Assim, considerando a temática dos direitos fundamentais e sua eficácia nas relações privadas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento do RE n. 201.819-8/RJ, reconheceu a possibilidade de aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas, sobretudo quando presentes atividades privadas de caráter público ou situações de desigualdade entre as partes.
- (B) A teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais é rejeitada pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras, prevalecendo no Brasil o entendimento de que tais direitos somente vinculam o Estado.
- (C) A teoria da eficácia mediata sustenta que os direitos fundamentais incidem diretamente sobre as relações privadas, independentemente de intermediação legislativa ou interpretação do direito infraconstitucional.
- (D) A autonomia privada possui caráter absoluto no ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual não pode sofrer limitações decorrentes da incidência dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.

QUESTÃO 18

A respeito da evolução histórica do controle judicial de constitucionalidade no Brasil, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A Constituição Imperial de 1824 instituiu o controle difuso de constitucionalidade, atribuindo ao Poder Judiciário competência expressa para declarar a inconstitucionalidade das leis editadas pela Assembleia Geral.
- (B) A Constituição de 1891, influenciada pelo modelo norte-americano e pelo pensamento de Rui Barbosa, consolidou o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, conferindo ao Poder Judiciário competência para apreciar a compatibilidade das leis com a Constituição.
- (C) A Constituição de 1934 extinguiu o controle judicial de constitucionalidade e vedou ao Senado Federal qualquer participação relacionada às decisões de inconstitucionalidade proferidas pela Corte Suprema.
- (D) A Constituição de 1937 fortaleceu a separação de poderes e ampliou a independência do Poder Judiciário, reduzindo a concentração de competências no Poder Executivo.

QUESTÃO 19

A respeito das tipologias do federalismo e das características da Federação brasileira, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) No federalismo dual, típico do Estado do Bem-Estar Social, há intensa cooperação entre os entes federativos, com competências comuns e concorrentes amplamente compartilhadas.
- (B) O Brasil adota modelo de federalismo por agregação, tendo surgido a Federação Brasileira a partir da união de estados soberanos independentes que decidiram renunciar parcialmente à soberania.
- (C) A soberania pertence aos Estados-Membros da Federação, que mantêm autonomia apenas em matérias expressamente delegadas pela União.
- (D) O federalismo cooperativo caracteriza-se pela aproximação entre os entes federativos, com exercício comum ou concorrente de atribuições, sendo este o modelo predominante na Federação Brasileira contemporânea.

QUESTÃO 20

Sobre registros públicos, avalie as assertivas abaixo, identificando-as como verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**).

- () Os nascimentos, casamentos e óbitos serão registrados em registro público.
- () Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação serão registrados em registro público.
- () A emancipação por outorga dos pais será averbada em registros públicos, e a emancipação por sentença do juiz será registrada em registros públicos.
- () As sentenças declaratórias de ausência e de morte presumida serão registradas em registro público.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) (V); (F); (F); (V).
- (B) (V); (F); (V); (F).
- (C) (V); (V); (F); (V).
- (D) (F); (F); (V); (F).

QUESTÃO 21

Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Em relação às associações, avalie as assertivas abaixo, identificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedada a instituição de categorias com vantagens especiais.
- () Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro.
- () A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/6 (um sexto) dos associados o direito de promovê-la.
- () Para as deliberações sobre destituição dos administradores ou alteração do estatuto é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) (F); (F); (V); (F).
- (B) (F); (V); (F); (F).
- (C) (F); (F); (F); (V).
- (D) (V); (F); (V); (V).

QUESTÃO 22

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Nesse sentido, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- (B) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
- (C) Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade. Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 30% (trinta por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.
- (D) Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

QUESTÃO 23

Determinada empresa, sediada em Belo Horizonte/MG, celebrou contrato de adesão para fornecimento de serviços de internet com uma sociedade empresária, sediada em Manaus/AM. O contrato continha cláusula elegendo o foro da Comarca de Porto Alegre/RS para dirimir quaisquer controvérsias dele decorrentes.

Anos depois, a empresa contratada ajuizou ação de cobrança em Manaus/AM, alegando que a cláusula de eleição de foro era abusiva, pois dificultava significativamente o acesso à Justiça. Ao analisar a petição inicial, o magistrado verificou que a discussão envolvia contrato de adesão e que nenhuma das partes possuía qualquer vínculo com o foro eleito.

Considerando as disposições do art. 63, § 1º, do CPC, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A abusividade da cláusula de eleição de foro somente poderá ser reconhecida se arguida pelo réu em contestação.
- (B) A cláusula de eleição de foro produz efeitos obrigatórios em qualquer hipótese, razão pela qual o magistrado deverá declinar da competência para Porto Alegre/RS.
- (C) O reconhecimento da abusividade da cláusula de eleição de foro depende da instauração prévia de incidente processual específico.
- (D) Verificando a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato de adesão, o magistrado poderá reconhecê-la de ofício antes da citação, determinando a remessa dos autos ao foro do domicílio do réu.

QUESTÃO 24

Uma autarquia federal ajuizou ação de cobrança contra empresa que se encontrava inadimplente. Após ser citada, a ré efetuou integralmente o pagamento da dívida, sem apresentar contestação, levando à extinção do processo por perda superveniente do objeto.

Considerando esse contexto, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Não são devidos honorários advocatícios, pois não houve julgamento do mérito.
- (B) Os honorários serão atribuídos à parte ré que deu causa ao ajuizamento da demanda.
- (C) Cada parte deverá arcar com seus próprios honorários, em razão da extinção do processo.
- (D) Os honorários advocatícios deverão ser suportados pela parte autora, uma vez que não houve pronunciamento judicial sobre a procedência do pedido.

QUESTÃO 25

Em cumprimento de sentença promovido contra determinada sociedade empresária, o exequente requereu a adoção de medidas constritivas para satisfação do crédito. Após pesquisas patrimoniais, foram identificados valores depositados em conta bancária da executada, veículos utilizados para transporte de mercadorias e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento de sua atividade econômica.

Ao apreciar o pedido, o magistrado deverá observar as regras de penhorabilidade previstas no CPC e os princípios que regem a execução.

Nessa hipótese, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Os valores depositados em conta bancária são, em regra, preferenciais para fins de penhora, sem prejuízo da observância das hipóteses legais de impenhorabilidade eventualmente incidentes.
- (B) A existência de bens afetados à atividade empresarial impede sua penhora, uma vez que a preservação da empresa prevalece, em qualquer hipótese, sobre o interesse do credor.
- (C) A penhora de bens indispensáveis à atividade empresarial é absolutamente vedada pelo CPC, ainda que inexistam outros bens aptos à satisfação do crédito.
- (D) Identificada a existência de patrimônio suficiente para a satisfação da dívida, o magistrado deverá necessariamente penhorar os bens de menor valor econômico, em observância ao princípio da menor onerosidade.

QUESTÃO 26

Determinada autarquia federal interpôs recurso extraordinário contra acórdão proferido por Tribunal Regional Federal, alegando violação aos princípios constitucionais da legalidade e do devido processo legal. Ao examinar o recurso, o Supremo Tribunal Federal concluiu que a solução da controvérsia depende, necessariamente, da interpretação prévia de dispositivos de lei federal, de modo que eventual afronta à Constituição seria apenas indireta ou reflexa.

Considerando a disciplina dos recursos excepcionais prevista na Constituição Federal e no CPC/2015, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Supremo Tribunal Federal deverá julgar normalmente o recurso extraordinário, pois a distinção entre ofensa direta e reflexa à Constituição não interfere em sua admissibilidade.
- (B) Reconhecida a inadequação da via recursal, o Supremo Tribunal Federal deverá não conhecer do recurso extraordinário, determinando necessariamente o arquivamento dos autos.
- (C) O Supremo Tribunal Federal deverá intimar a recorrente para interpor novo recurso especial, iniciando-se novo prazo recursal a partir da publicação da decisão.
- (D) Verificando que a controvérsia possui natureza predominantemente infraconstitucional, o Supremo Tribunal Federal poderá determinar a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.

QUESTÃO 27

De acordo com a CLT, sobre o contrato intermitente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.
- (B) O contrato de trabalho intermitente é o contrato tácito ou expresso, que deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário-mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- (C) A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.
- (D) O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

QUESTÃO 28

Conforme o art. 59-A da CLT, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas de descanso.

Nesse regime, o intervalo para repouso e alimentação, segundo o texto consolidado,

- (A) pode ser observado ou indenizado.
- (B) deve respeitar o limite mínimo de duas horas, sob pena de descaracterização automática do regime 12x36.
- (C) se for suprimido, gera o direito ao recebimento do período integral do intervalo, observada a sua natureza salarial.
- (D) por constituir norma de saúde e segurança do trabalho, não admite indenização, devendo ser obrigatoriamente gozado no mínimo de uma hora.

QUESTÃO 29

João, contratado pela empresa Alfa em 10/02/2022 para exercer a função de Assistente Jurídico, foi promovido ao cargo de Advogado em 15/05/2024. Buscando obter a equiparação salarial por exercer idêntica função, com a mesma produtividade e perfeição técnica, João aponta dois paradigmas que trabalham no mesmo estabelecimento: Carlos, contratado pela empresa Alfa em 05/01/2018 como Assistente Jurídico, que foi promovido a Advogado na mesma data que João (15/05/2024), mas recebe salário superior; e Mateus, contratado pela empresa Alfa em 20/03/2022 como Advogado, exercendo a função desde a sua admissão, que também recebe salário superior.

Considerando estritamente as disposições do texto consolidado (CLT) sobre a equiparação salarial, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) João tem direito à equiparação salarial em relação a Carlos e também tem direito em relação a Mateus.
- (B) João tem direito à equiparação salarial em relação a Carlos, mas não tem direito em relação a Mateus.
- (C) João não tem direito à equiparação salarial em relação a Carlos, mas tem direito em relação a Mateus.
- (D) João não tem direito à equiparação salarial em relação a Carlos e também não tem direito em relação a Mateus.

QUESTÃO 30

Conforme disciplinado no texto constitucional e na jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (Tema 1.143), **NÃO** se insere no âmbito da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações

- (A) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) que tenham por objeto litígios decorrentes do exercício do direito de greve no âmbito da iniciativa privada.
- (C) ajuizadas por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.
- (D) de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

QUESTÃO 31

Considerando a jurisprudência vinculante do Tribunal Superior do Trabalho (TST), acerca do redirecionamento dos atos executórios em face do responsável subsidiário que integrou a relação processual e o título executivo judicial, matéria que possui regramento próprio, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O direcionamento da execução contra o devedor subsidiário exige, por força do benefício de ordem em segundo grau, a prévia desconsideração da personalidade jurídica do devedor principal, com o exaurimento dos atos de constrição patrimonial em face de todos os seus sócios.
- (B) A execução será imediatamente redirecionada ao devedor subsidiário apenas na hipótese de falência decretada da empresa principal, aplicando-se de forma subsidiária o texto literal da CLT que exige a habilitação prévia do crédito perante o juízo universal.
- (C) A constatação do inadimplemento do devedor principal autoriza o redirecionamento da execução para o subsidiário, independentemente do exaurimento da execução contra o obrigado principal e seus sócios, salvo na hipótese de indicação de bens do devedor principal que efetiva e comprovadamente bastem para satisfazer integralmente a execução.
- (D) O inadimplemento do devedor principal autoriza o redirecionamento imediato para o subsidiário, sendo vedado a este último invocar o benefício de ordem ou indicar bens da empresa principal, ainda que livres, desembargados e situados no mesmo município.

QUESTÃO 32

Considerando a jurisprudência vinculante fixada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca da indicação de testemunha de empregados investidos em funções de relevância na estrutura empresarial, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O exercício do cargo de gerência ou de função de confiança não constitui causa de suspeição da testemunha, salvo quando houver ausência de isenção de ânimo para ser ouvida no processo ou quando a testemunha arrolada detiver poderes de mando e gestão equiparados aos do empregador.
- (B) O exercício do cargo de gerência ou de função de confiança constitui causa automática de suspeição da testemunha, uma vez que o vínculo de subordinação qualificado impede a necessária isenção de ânimo para depor em juízo.
- (C) A testemunha que exerce cargo de gestão detém suspeição presumida por lei, operando-se a inversão do ônus da prova para que a parte que a arrolou demonstre a total ausência de fidúcia especial com a diretoria da empresa.
- (D) O mero labor em funções de confiança obsta o depoimento na condição de testemunha compromissada, devendo o magistrado proceder obrigatoriamente à sua oitiva exclusiva na qualidade de simples informante do juízo.

QUESTÃO 33

Um dos pontos discutidos pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 na ApRemNec 1005187-12.2021.4.01.3802 (3ª Turma, Relator GLÁUCIO MACIEL, D.E. 02/06/2026) foi: “(ii) estabelecer se a exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL viola os **princípios constitucionais da uniformidade tributária** e do pacto federativo.”

Em relação ao princípio constitucional da uniformidade tributária, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo vedada a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (B) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (C) É permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo vedada a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (D) É permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, desde que não implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

QUESTÃO 34

A competência tributária determina quais entes políticos podem instituir tributos e quais tributos cada um deles pode criar. No Direito Brasileiro, competência tributária é definida pela Constituição Federal de 1988.

Levando em consideração a competência tributária, marque a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e somente a União poderá instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (B) Compete exclusivamente à União, aos Estados e ao Distrito Federal instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- (C) Compete aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

QUESTÃO 35

A substituição tributária (ST) é uma técnica de arrecadação pela qual a lei atribui a um determinado contribuinte a responsabilidade pelo recolhimento do tributo devido por outro contribuinte. A substituição tributária não cria novo tributo, mas apenas transfere a responsabilidade pelo seu recolhimento para uma pessoa diferente daquela que praticou ou praticará o fato gerador. Trata-se de uma modalidade de responsabilidade tributária amplamente utilizada, posto que facilita a fiscalização, reduz a evasão fiscal, simplifica o controle de cadeias econômicas extensas por concentrar a arrecadação em poucos contribuintes e aumenta a eficiência da administração tributária.

Dentre as alternativas abaixo, marque a que indica uma substituição tributária para frente (progressiva).

- (A) Um produtor rural vende sua produção para uma cooperativa. A legislação estadual atribui à cooperativa a responsabilidade pelo recolhimento do tributo que seria devido pelo produtor.
- (B) A indústria vende para o atacadista, o atacadista vende para o varejista e o varejista vende para o consumidor final. A legislação estadual obriga à indústria recolher o ICMS de toda a cadeia de distribuição até a venda ao consumidor final.
- (C) Uma lei que obrigue ao adquirente a pagar um tributo relativo ao bem adquirido, mesmo que o fato gerado seja antes da aquisição.
- (D) No caso de impossibilidade de exigência do pagamento do tributo pelo filho menor, a lei obriga aos pais a efetivar o pagamento do tributo devido pelo filho.

QUESTÃO 36

A regulamentação do exercício da profissão de Administrador e a constituição do CFA se deram de acordo com o Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição do Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 (denominação alterada posteriormente segundo a Lei nº 7.321, de 1985). No Capítulo III desse decreto, Do Exercício Profissional, nos seus Artigos 9º e 10, fica estabelecido que, para o exercício da profissão de Administrador,

- (A) a falta de registro torna ilegal e punível o exercício da profissão de Administrador somente em cidades com mais de dois mil habitantes.
- (B) a falta de registro torna ilegal e punível o exercício da profissão de Administrador, exceto nas localidades onde não haja oferta de curso superior de Administração.
- (C) é facultativa a apresentação da Carteira de Identidade do Administrador, expedida pelo Conselho Regional de Administração, juntamente com prova de estar o profissional em pleno gozo dos seus direitos sociais.
- (D) é obrigatória a apresentação da Carteira de Identidade do Administrador, expedida pelo Conselho Regional de Administração, juntamente com prova de estar o profissional em pleno gozo dos seus direitos sociais.

QUESTÃO 37

A Lei nº 4.769, de 09/09/1965 (publicada no DOU de 13/09/65), dispõe em seu Art. 6º sobre a criação do Conselho Federal de Administração (CFA) e dos Conselhos Regionais de Administração (CRAs), constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho. Em seu Art. 7º dispõe sobre a finalidade do Conselho Federal de Administração, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Sobre isto, está **INCORRETA** a seguinte afirmativa:

- (A) dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais.
- (B) elaborar sua constituição de regras e exceções econômicas.
- (C) orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador.
- (D) propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução.

QUESTÃO 38

As atribuições do Presidente do CRA-MG estão descritas no Regimento do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 554, de 18 de dezembro de 2018 (Retificado no DOU nº 7, de 10/01/2019, Seção 1, p. 80). Nesse regimento, anexo à Resolução, está previsto em seu Capítulo IV, Seção V, em seu Art. 37 que ao Presidente do CRA-MG incumbe, **EXCETO**,

- (A) manter a ordem nas reuniões e suspendê-las, concedendo, negando e cassando a palavra de Conselheiro Regional ou de qualquer outra pessoa que estiver presente à sessão.
- (B) participar das Assembleias de Presidentes do Sistema CFA/CRA's sem poder nelas deliberar, *ad-referendum* do Plenário.
- (C) receber doações, subvenções e auxílios em nome do CRA-MG.
- (D) tomar providências de ordem administrativa, necessárias ao rápido andamento dos processos no CRA-MG, dentre os quais a designação de relatores e o deferimento de vistas, fixando prazos e concedendo prorrogações.

QUESTÃO 39

A Resolução Normativa CFA nº 670, de 26 de junho de 2025, altera o Regulamento de Registro do Sistema CFA/CRA's, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 649, de 28 de maio de 2024. Segundo ela, em seu Artigo 1º, o Artigo 11 do regulamento aprovado pela Resolução Normativa passa a vigorar com uma nova redação que lista cursos de educação técnica de nível médio considerados conexos à Administração.

Dentre esses, é **INCORRETO** considerar o curso denominado

- (A) Técnico em Condomínio.
- (B) Técnico em Marketing.
- (C) Técnico em Redes Sociais e Produção de Conteúdo Digital.
- (D) Técnico em Transações Imobiliárias.

QUESTÃO 40

A existência de Registro Remido é normatizada pela Resolução Normativa CFA nº 649, de 28 de maio de 2024, que aprovou o regulamento de registro do sistema CFA/CRAs. Nela, em sua Seção IV, Do Registro Remido, em seu Artigo 26, fica instituído o registro remido aos profissionais registrados em CRAs que tenham idade igual ou superior a

- (A) 60 anos e 30 anos de contribuição, ininterruptos ou não, para o Sistema CFA/CRAs. Parágrafo único - O registro de que trata o *caput* deste artigo será concedido mediante requerimento escrito do profissional ao CRA em que possuir registro profissional definitivo e, em caso de deferimento, seus efeitos abrangerão eventuais registros secundários do profissional.
- (B) 60 anos e 35 anos de contribuição, ininterruptos ou não, para o Sistema CFA/CRAs. Parágrafo único - O registro de que trata o *caput* deste artigo será concedido mediante requerimento escrito do profissional ao CRA em que possuir registro profissional definitivo e, em caso de deferimento, seus efeitos abrangerão eventuais registros secundários do profissional.
- (C) 65 anos e 30 anos de contribuição, ininterruptos ou não, para o Sistema CFA/CRAs. Parágrafo único - O registro de que trata o *caput* deste artigo será concedido mediante requerimento escrito do profissional ao CRA em que possuir registro profissional definitivo e, em caso de deferimento, seus efeitos abrangerão eventuais registros secundários do profissional.
- (D) 65 anos e 35 anos de contribuição, ininterruptos ou não para o Sistema CFA/CRAs. Parágrafo único - O registro de que trata o *caput* deste artigo será concedido mediante requerimento escrito do profissional ao CRA em que possuir registro profissional definitivo e, em caso de deferimento, seus efeitos abrangerão eventuais registros secundários do profissional.

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A PROVA DISCURSIVA

Para desenvolver respostas às questões discursivas, atente para o disposto nos itens do Edital n. 01/2026, que regulamenta este Concurso Público, a seguir transcritos:

4.2. Prova Aberta

[...]

4.2.1.4. A Prova Discursiva consistirá em 2 (duas) questões discursivas sobre tema específico, a serem respondidas em até 15 (quinze) linhas, com extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas, no valor de 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.

4.2.1.5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por questão na Folha de Respostas da Prova Discursiva.

4.2.1.6. Será atribuída nota 0 (zero) na questão discursiva nos casos de:

- a) não atender ao número de linhas estabelecido no item 4.2.1.4;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

Portanto, siga as orientações dos enunciados das questões discursivas, observando:

- Seu texto deverá ter de 10 a 15 linhas.
- Utilize a página de rascunho para formular sua resposta.
- **Atenção!** Transcreva as respostas corretas para folhas de respostas discursivas oficiais correspondentes, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Não se identifique, de nenhuma forma, no corpo da resposta produzida.

QUESTÃO DISCURSIVA 01

O Conselho Regional de Administração (CRA) integra a Administração Pública Indireta, possuindo natureza jurídica de autarquia federal, tendo como missão fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador em âmbito regional.

Com base nas informações apresentadas e na bibliografia sugerida, **EXPLIQUE** o seguinte:

1. Definição de Administração Pública Indireta;
2. Natureza jurídica das autarquias e forma de sua instituição;
3. Princípio da especialização vinculado às autarquias;
4. A tutela administrativa exercida sobre as autarquias;
5. Direitos e obrigações da autarquia perante a Administração Pública centralizada.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Maria ajuizou ação de indenização por danos materiais em face da empresa Transporte Seguro S.A., alegando que teve seu veículo danificado em acidente provocado por caminhão pertencente à ré. Na petição inicial, afirmou que era proprietária do automóvel atingido e juntou documentos que, segundo sustentou, demonstrariam os prejuízos sofridos.

Regularmente citada, a empresa apresentou contestação, afirmando que Maria não era proprietária do veículo na data do acidente, mas apenas sua possuidora, razão pela qual não teria legitimidade para pleitear a reparação dos danos. Durante a instrução processual, a prova documental produzida confirmou que a propriedade do veículo pertencia, de fato, a terceiro.

Ao proferir sentença, o magistrado concluiu que Maria não era titular do direito material afirmado na petição inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa.

Considerando os fatos narrados, **INDIQUE** se o pronunciamento judicial proferido é compatível com o sistema processual brasileiro vigente, **JUSTIFICANDO** sua resposta.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2026**

**ESTA FOLHA PODERÁ SER DESTACADA
PARA CONFERÊNCIA DO SEU GABARITO.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**